

Desmarcar o Português d'Angola à luz da decolonialidade linguística e seguir a luta pela sua designação representativa: Angolês

Demarcating Angolan Portuguese in light of linguistic decoloniality and continuing the struggle for its representative designation: Angolês

Makosa Tomás David

Universidade Federal de São Carlos – São Paulo – Brasil

Resumo: O português falado em Angola é o resultado de um contato linguístico entre o português europeu e as línguas Bantu, mas essa língua é sistematicamente desqualificada pela colonialidade como um desvio de norma padrão e pejorativamente chamada de calão, um termo que se perpetuou após-independência criando uma internalização de inferioridade linguística entre os angolanos. Partindo disso, o trabalho tem como objetivo, a partir das lentes decoloniais (Quijano, 2005; Mignolo, 2017), desmarcar o português de Angola da visão colonial e defender o reconhecimento do termo Angolês como a designação representativa e legítima dessa língua. Além disso, analisar os mecanismos de opressão linguística e ressignificar o conceito de língua prestigiosa, de forma a valorizar a identidade cultural e linguística angolana. Conclui-se que a adoção da designação Angolês representa um ato de descolonização linguística e justiça cognitiva, essencial para a afirmação da identidade cultural angolana e para a superação das estruturas coloniais que persistem no campo linguístico.

Palavras-Chave: Colonialidade. Angolês. Calão. Língua Prestigiosa. Decoloniais.

Abstract: The Portuguese spoken in Angola is the result of a historical contact between European Portuguese and Bantu languages. However, this language is systematically disqualified by colonialism as a deviation from the standard norm and pejoratively referred to as slang. This term has been perpetuated after independence, creating an internalization of linguistic inferiority among Angolans. Using a decolonial lens (Quijano, 2005; Mignolo, 2017), this work aims to demarcate Angolan Portuguese from the colonial perspective and advocate for the recognition of the term Angolês as the representative and legitimate designation of this language. Furthermore, it analyzes the mechanisms of linguistic oppression and proposes a redefinition of the concept of a prestigious language, in order to value Angolan cultural and linguistic identity. It is concluded that the adoption of the term Angolês represents an act of linguistic decolonization and cognitive justice, essential for the affirmation of angolan cultural identity and for overcoming the colonial structures that persist in the linguistic field.

Keywords: Coloniality. Angolês. Slang. Prestigious Language. Decolonial.

1 Introdução

A língua constitui um dos pilares fundamentais na construção de identidades nacionais e, simultaneamente, um poderoso veículo de perpetuação de relações de poder. Dentro disso, o Português de Angola consolida-se como uma língua genuinamente angolana, profundamente enraizada na história, tradições e experiências do povo. Dotada de uma estrutura própria, vocabulário específico e expressões únicas, esta língua é o testemunho vivo de um processo histórico de transformação linguística.

No entanto, apesar de sua relevância cultural e social, o português falado em Angola é sistematicamente estigmatizado, rebaixado e subestimado em relação ao português europeu, sendo pejorativamente categorizado como “calão” e associado a falares marginais. Estudos como os de Santana e Timbane (2021), que documentam esta realidade, verificaram, em pesquisa de atitudes linguísticas em Luanda, que a maioria dos falantes associam o português europeu à correção e ao prestígio, reservando ao português angolano um lugar de informalidade e erro. Do mesmo modo, Santos e Camba (2020) mostraram que o mercado de trabalho angolano exige frequentemente o domínio do português europeu como requisito para cargos de maior status, revelando a persistência da hierarquia colonial.

Este cenário de desqualificação não é um fenômeno neutro, mas sim o reflexo de uma colonialidade linguística persistente, porque, através do uso do termo calão, essa desvalorização se tornou um fenômeno complexo e multifacetado que merece uma análise cuidadosa. Esse preconceito não é apenas uma questão linguística, mas também tem profundas implicações históricas, pois o estigma associado a essa língua afeta negativamente a identidade cultural dos angolanos, criando divisões sociais e perpetuando desigualdades.

Designar o português de Angola como calão representa uma negação da diversidade linguística e cultural do país. E essa problemática de negação da

própria identidade linguística, seja diante dos negros ou perante os brancos, serve como estratégia de sobrevivência na estrutura colonial. Conforme aponta Nascimento (2019), os negros são forçados, automaticamente, a assimilarem os valores brancos para evitar o extermínio, o que os coloca numa situação onde precisam navegar entre o dizer e o não-dizer.

Sendo Angola uma ex-colônia portuguesa desde o final do século XVI, com a fundação de Luanda em 1575, num processo de colonização que se intensificou nos séculos XIX e XX, especialmente após a Conferência de Berlim (1884–1885), que legitimou a ocupação efetiva do território. Durante este período, a língua portuguesa foi imposta como instrumento de administração, evangelização e assimilação cultural, num contexto profundamente multilíngue onde se falavam línguas bantu como kimbundu, umbundu, Kikongo e chokwe (Undulo, 2016).

A política assimilacionista portuguesa, particularmente na vigência do Estado Novo (1933–1974), reservava o estatuto de civilizado aos angolanos que dominassem o português europeu, a leitura e a escrita, rejeitando as línguas locais como inferiores. Este mecanismo colonial produziu uma hierarquia linguística clara, o português europeu como língua de prestígio associado ao poder e à cultura letrada, e o português angolano como resultado do contato entre o português europeu e as línguas bantu, como um desvio (Mingas, 2000; Undulo, 2016).

Após a independência de Angola em 1975, o português manteve-se como língua oficial, mas a sua norma de referência continuou sendo a europeia. Durante décadas, o português falado em Angola foi sistematicamente desvalorizado como pretuguês, termo que cristalizou a hierarquia colonial no imaginário linguístico angolano.

Estudos sociolinguísticos sobre o português angolano (Santana e Timbane, 2021) demonstram que as diferenças em relação ao português europeu não constituem desvios ou erros, mas sim regularidades sistemáticas decorrentes do contato com línguas bantu

e da identidade sociocultural angolana. Portanto, valorizar e reconhecer o português de Angola como uma língua que representa a identidade linguística e cultural de Angola é não deixar essa língua ser colocada nesse espaço de língua errada diante do português de Portugal.

O artigo ancora-se metodologicamente em dois campos complementares. Da Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2010), mobilizam-se conceitos como formação discursiva, memória discursiva e interdiscurso para compreender como os sentidos de calão e Angolês são produzidos e naturalizados ao longo do tempo. Da Sociolinguística variacionista (Labov, 2008), a fim de descrever a hierarquização linguística que desvaloriza o português de Angola e os mecanismos de exclusão que daí decorrem. A articulação entre ambos os quadros se dá sob a lente do quadro teórico da decolonialidade (Quijano, 2005; Mignolo, 2017), este que orienta a desmarcação crítica das relações de poder inscritas na linguagem.

Ao situar-se no cruzamento entre os estudos linguísticos e a teoria pós-colonial, este texto busca não apenas denunciar a violência simbólica das classificações hegemônicas, mas também afirmar o direito à autodeterminação linguística de Angola e defender o termo Angolês como designação representativa do português de Angola, desmarcando-o da visão colonial que o reduz a calão.

2 Desmarcar o mercado: “não é calão, é o português de Angola”

É importante olharmos que o contato linguístico do português europeu com as línguas Bantu de Angola deu origem ao Português de Angola (David, 2023), que ao longo dos tempos ganhou a sua própria identidade linguística. No entanto, esse português de Angola foi desqualificado pelos colonos que queriam impor um português dito puro (David, 2023). A rejeição dessa língua levou os portugueses a desvalorizá-la por causa da raça, localidade e das línguas (nativas) que a

completam (David, 2023). Nas definições europeias do que é uma língua, ela não é vista como língua, porém sim como um desvio. Mas, Labov (2008) aponta que o conceito de desvio é uma construção social que pressupõe uma norma idealizada que não existe na prática linguística.

A ideologia em torno da língua carrega uma visão de dominação no imaginário europeu, porque, tal como a linguagem, uma série de conceitos foram inventados para legitimar, justificar a dominação e os interesses do colonizador (Santos, 2022), de forma a estabelecer uma linha divisória entre colonizado e colonizador. Dessa forma, a invenção das ditas linguagens modernas situadas no arcabouço do conhecimento filosófico-histórico europeu (Makoni e Pennycook, 2007) demonstram o seu vínculo com o processo da colonização.

Santos (2022) apontam que essa língua que falamos carrega uma dimensão alienante, pois foi politizada dentro dos instrumentos coloniais, por isso a língua dita um conjunto de sistema discursivo que procura nomear e significar coisas que, ao longo do tempo, impõem uma mediação que molda a forma como o mundo é compreendido. Portanto, a mesma língua que nos permite nomear a realidade é a que dita os significados que atribuímos a ela dentro de um espaço de enunciação¹ (Guimarães, 2014).

Por mais que os angolanos tenham construído durante esse tempo uma forma diferente de falar esse português, que se afasta do português europeu, essa língua ainda não ganhou a sua verdadeira nomeação que possa representar tanto ela quanto o seu falante que demonstra sua identidade linguística. Isso, porque durante muito tempo essa língua ganhou nomeações que favorecessem o projeto político colonial como forma de estabelecer a visão de superioridade e inferioridade linguística dentro da colônia angolana.

Antes de ser chamado de calão, circulou o termo Pretuguês. Este termo foi criado e usado pela primeira vez pelo colonizador como expressão

¹ A enunciação é o contexto, as condições e o quadro em que um ato de fala (enunciado) ocorre, sendo um conceito da teoria da enunciação que o envolve não só fisicamente, mas também socialmente e politicamente (Guimarães, 2014).

pejorativa dentro da colônia angolana para representar o português falado pelos angolanos.

É importante refletirmos que, quando há fusão linguística (mistura de duas línguas ou mais), a língua nova que vai surgir dentro desse processo não será igual a nenhuma das línguas, mas sim semelhante, pois essa língua nova carregará fragmentos linguísticos das línguas que a complementam (David, 2023). Não podemos defender que o português falado em vários países é igual ou deve ser igual (Nascimento e José, 2023), pois até mesmo o português europeu é resultado de séculos de mudança linguística a partir do latim vulgar, com influências de línguas pré-romanas, germânicas e árabes (Teyssier, 2014).

Nenhuma língua é pura ou imune à mudança; todas as línguas vivas se transformam no tempo e no contato. Portanto, não se pode menosprezar nem discriminar a língua de um povo. O português de Angola foi inferiorizado, construído como não-língua e colocado numa zona de marginalização. Este processo de inferiorização persiste até hoje, reproduzido por instituições escolares, meios de comunicação e pelo próprio imaginário linguístico angolano. Muitos angolanos, por causa da influência colonial, internalizaram essa visão e olham o português de Angola como calão, pois foi assim que lhes foi passado. Esse termo, calão, cria desvalorização dessa língua e traz atos de negação da própria identidade linguística dos falantes.

Como pouco se conhece a sua origem, a palavra “calão” tem origem no espanhol “caló”, um termo da língua cigana que significa “negro”, em referência à cor da pele deste povo. Os espanhóis adotaram a palavra de forma depreciativa e racista para se referir aos ciganos. Em Portugal, o termo evoluiu para “calón” e depois para “calão”. Inicialmente ligado aos ciganos, a palavra passou a designar a sua língua e, posteriormente, qualquer gíria ou falar de grupos marginalizados, evidenciando a sua carga racista.

Tratar o português de Angola como calão é marginalizá-lo e inferiorizá-lo em todos os aspectos,

sejam eles sociais ou culturais (José e David, 2024). Através disso, pouco se fala da existência dessa língua e no seu ensino, pois a colonialidade faz com que os angolanos procurem olhar o português europeu como língua que lhes representa.

O português de Angola é uma língua genuinamente angolana, profundamente enraizada na história, tradições e experiências do povo angolano. Ela apresenta uma estrutura própria, vocabulário específico e expressões únicas. Reconhecer essas particularidades linguísticas é valorizar a riqueza cultural angolana e a sua diversidade, fortalecendo assim a identidade nacional (Undulo, 2016; José, 2025). Em certos contextos, falar o português de Angola é visto como falta de educação, isso ocorre em ambientes formais ou entre quem valoriza o português padrão. Esta desvalorização tornou-se um fenômeno complexo e multifacetado, com profundas implicações sociais que afetam a identidade cultural dos angolanos, criando divisões e perpetuando desigualdades.

O domínio do português europeu é visto como um requisito para o sucesso profissional. Esse pensamento colonial mostra que o português de Angola é considerado uma língua marginalizada, associada a falantes de baixa escolaridade ou a grupos periféricos, revelando um preconceito de classe e raça embutido na avaliação linguística.

Existem proibições sobre a utilização dessa língua até mesmo dentro de casa, porque, com a influência colonial, o português digno a ser falado é o português europeu, que faz com que, diante de várias situações, os angolanos reproduzam a norma e sotaque português. Isso faz com que haja negação dessa língua, eliminando as marcas identitárias e colocando o sujeito em um estado de surpresa em relação à sua identidade.

A desvalorização dessa língua representa uma negação da diversidade linguística e cultural do país. Esta negação da própria identidade linguística, como disse acima, funciona como estratégia de sobrevivência dentro da estrutura colonial, onde angolanos são forçados a assimilar valores brancos

para evitar o extermínio, numa navegação entre o dizer e o não-dizer que implica numa negação gradual da sua linguagem, eliminando suas marcas de africanização.

A colonialidade é clara quando angolanos se referem a essa língua como calão. A ideia de que falar o português angolano é falar mal vem do fato de não seguir a norma europeia e ter traços próprios. Esse processo de inferiorização faz com que muitos angolanos evitem falar essa língua, reforçando o conceito europeu como legítimo.

Essa inferiorização é muito visível na escola, onde se ensina o português rígido padrão, ignorando o falado em Angola. Nesse espaço, a hegemonia do português europeu reforça o desprezo pelo português angolano. Não se nota a presença dessa língua na televisão e imprensa, existindo uma proibição implícita que contribui para a desvalorização da cultura angolana. Isso tudo tem raízes históricas coloniais que refletem dinâmicas de poder e colonialidade (Maia e Melo, 2020).

Sob uma visão decolonial, o português europeu, tido como padrão (David, 2023), é um símbolo de opressão e depreciação da identidade angolana, um resto da dominação das ex-colônias. Valorizar e reconhecer o português de Angola como uma língua que representa a identidade linguística de Angola é não deixá-la ser colocada no espaço de marginalização. Um indivíduo que detém o domínio da linguagem também detém o acesso ao mundo que ela representa (Fanon, 2008). Apagar essa linguagem através de proibições nas esferas social, educacional e profissional é cometer um linguicídio sobre a identidade linguística deste povo.

Neste contexto, a nomeação pejorativa atribuída ao Português de Angola, como calão, transcende a mera categorização linguística para se tornar um operador de colonialidade ou um dispositivo que mantém intactas as hierarquias linguísticas instituídas pela matriz colonial do poder. Esta matriz sustenta-se num fundamento de inferiorização linguística que organiza as relações de exploração e dominação (Quijano, 2005; Fanon, 2008; Mignolo, 2017; Nascimento, 2019). Compreender este

mecanismo é essencial para desconstruir os alicerces epistemológicos que sustentam a marginalização do português de Angola e para fundamentar propostas decoloniais de política linguística educativa.

3 Angolês-designação representativa do português de Angola

A questão sobre a designação do português falado em Angola insere-se num movimento mais amplo de descolonização linguística que caracteriza o espaço pós-colonial. Os linguistas nativos dos países outrora colonizados por Portugal encontram-se, atualmente, envolvidos num processo triplo: pela legitimação científica das suas línguas, de reconhecimento político-institucional das mesmas e designação representativa delas, ou seja, uma briga de designação que foge totalmente da visão europeia.

Pensar numa designação representativa da língua que se fala dentro dessas ex-colônias é um caminho para se buscar a dita decolonialidade linguística. Esta luta representa, nas palavras de Thiong'o (1986), uma descolonização da mente, onde a língua funciona simultaneamente como campo de batalha e instrumento de libertação.

Angola, com a sua complexa configuração multilíngue e a sua história colonial particularmente violenta, emerge como um palco desta contenda epistemológica. Onde muitos linguistas (Mingas, 2000; Undulo, 2016; David, 2023; José, 2025, etc.) abordam que o português de Angola é uma língua que se distanciou da matriz europeia. Estes estudos revelam que o chamado distanciamento não constitui um mero fenômeno superficial dessa língua, mas antes o resultado de um processo profundo de transformação sistêmica, onde as línguas bantu atuaram como substratos determinantes na reestruturação do sistema linguístico, até hoje.

Pensar numa designação para essa língua, como a expressão Angolês que está sendo amplamente utilizada pelos linguistas (Edmundo, 2012; David, 2023; José, 2025, etc.) e falantes angolanos, consolida-se no panorama linguístico contemporâneo como termo que representa de forma

mais precisa, assertiva e identitária o português de Angola. O seu processo de legitimidade, longe de ser um consenso pacífico, está sendo o resultado de um intenso e necessário debate acadêmico e escritas científicas.

Ao designar a sua própria realidade linguística, nós, os angolanos, não estamos apenas a descrever um fenômeno linguístico; estamos a participar ativamente na sua construção enquanto entidade autônoma e digna de estudo. Esta ruptura com o paradigma colonial que insistia em medir a realidade linguística angolana através de uma lente estritamente europeia abre espaço para o desenvolvimento de uma epistemologia verdadeiramente angolana capaz de dar conta da complexidade e da riqueza da sua experiência linguística singular.

Este debate, como bem ilustra José (2025), reflete um afastamento ideológico profundo. De um lado, essa língua é defendida por Kato e Martins (2016) como um mero continuum do português europeu. Do outro, uma perspectiva (Mingas, 2000; Undulo, 2016; David, 2023; José, 2025) reconhece esse português não como um desvio em relação à norma europeia, mas como uma língua distinta, com contornos próprios e uma história única forjada na resistência. Na mesma linha de raciocínio, Labov (2008) argumenta que não existem desvios linguísticos, mas sim diferenças sistemáticas.

O fato de o Angolês ser hoje língua materna (L1) de uma percentagem significativa de angolanos, particularmente nas gerações mais jovens, testemunha a sua vitalidade e o seu processo de autonomização crescente. Isso trata-se do produto de uma profunda e rica simbiose que gerou uma nova realidade linguística, distinta tanto das línguas bantu quanto do português europeu (José, 2025).

A emergência do Angolês como conceito é, assim, uma resposta direta a um histórico de dominação linguística que houve através de políticas como o assimilacionismo, cujo objetivo era ridicularizar e marginalizar qualquer forma de expressão que se afastasse do padrão europeu. Qualquer desvio em

relação a esta norma era ridicularizado e estabelecido como não-língua.

Contra esta violência simbólica (Fanon, 2008), o Angolês emerge como um termo de resistência para um português desafiador usado para inscrever a sua própria experiência. O reconhecimento contemporâneo do Angolês como língua própria é muito mais do que um exercício acadêmico; é um posicionamento político e sociolinguístico, um ato de descolonização linguística que rejeita a hierarquização colonial das línguas. Esse reconhecimento constitui, num princípio de análise, um ato de justiça cognitiva que restitui aos angolanos o direito à autodefinição linguística e lhes confere a autoridade epistemológica para narrar a sua própria experiência com a língua.

4 “Eu não sei falar português”: discurso, poder e a voz colonial no imaginário linguístico angolano

Tendo Angola como ex-colônia portuguesa, nota-se uma forte presença da colonialidade diante das falas da população, já que ainda é comum ouvir a expressão “eu não sei falar português” ou “só em Portugal se fala bem o português e os angolanos falam mal”, inclusive aqueles cuja língua materna é o português dizem o mesmo. É considerado o português (angolano) falado por eles como uma língua que não obedece às normas europeias. Então, em Angola, a percepção que se tem é de que falar bem implica reproduzir foneticamente e morfológicamente o português europeu (Santana e Timbane, 2021).

Alguns podem olhar essas expressões como simples frases, mas não se trata simplesmente de um discurso que está no imaginário do sujeito angolano, mas sim de vozes que se ressoam dentro das práticas linguísticas que têm relação com o processo histórico e ideológico colonial que, para Orlandi (2010), estão presentes nas memórias do sujeito.

Durante o período colonial, os angolanos eram proibidos de falar o português com expressões locais. Se misturavam o português com línguas africanas, eram repreendidos e, muitas vezes,

ridicularizados. Dessa forma, criou-se uma clara divisão entre o português certo (europeu) e o português errado (angolano) dentro de Angola. Essa hierarquia linguística não desapareceu com a independência de 1975, porque essas frases, “eu não sei falar português” ou “só em Portugal se fala bem o português e os angolanos falam mal”, são repetidas várias vezes no imaginário social do sujeito angolano, assim como em ambientes escolares, familiares, etc.

Do ponto de vista da Análise do Discurso, Pêcheux (1997) aborda que o significado de uma palavra ou expressão não é fixo ou óbvio, mas sim um produto da ideologia e do contexto histórico-social em que é produzido. Dessa forma, a linguagem não é transparente; o seu sentido é opaco e mutável, dependendo das visões de mundo em disputa. É por meio desses processos discursivos que se formam as concepções que as pessoas têm sobre a língua portuguesa e sobre si mesmas como falantes.

Esta discussão teórica tem implicações diretas para o ensino de língua portuguesa em Angola. Se os sentidos são produzidos ideologicamente, então a hierarquia que coloca o português europeu como certo e o português angolano como errado não é natural, mas sim construída e reproduzida. O ensino de Língua Portuguesa no ambiente formal reforça esta hierarquia, pois os currículos escolares seguem as regras do português europeu, promovendo um padrão linguístico que difere da realidade linguística angolana (Santana e Timbane, 2021).

Os manuais escolares (Menezes e Boio, 2017) ignoram completamente a discussão sobre a diversidade linguística, porque dentro deles não há capítulo destinado ao debate sobre o português de Angola, o que sugere que, para o ensino do português, essa questão não é relevante e não merece ser explorada em sala de aula.

O ensino continua seguindo uma visão simplista ideológica sobre língua certa e errada como forma de as escolas continuarem promovendo um ensino baseado na aprendizagem de regras gramaticais normativas (Undolo, 2016). Além disso, os

dicionários utilizados refletem aspectos léxico-semânticos europeus, que criam um distanciamento com a realidade angolana, onde predomina o Angolês. Não há uma forma correta de falar português a não ser a sua.

Santana e Timbane (2021) afirmam que muitos angolanos dizem que “só em Portugal se fala bem o português e os angolanos falam mal. Pensar assim é trazer à tona a ideia de uma única língua portuguesa. No entanto, o português é reconhecido como uma língua com múltiplas normas nacionais ou centros de referência (Clyne, 1992). Porém, as dicotomias que ditam a superioridade e inferioridade entre as línguas, como falar bem e falar mal, língua certa e errada², etc., surgem dentro das gramáticas normativas como continuidade do nacionalismo europeu das ex-colônias ainda serem vistas como inferiores a partir da colonialidade.

Então, a condição de sujeito se rever nessas frases (eu não sei falar português ou só em Portugal se fala bem o português e os angolanos falam mal), nos mostra que o discurso do sujeito angolano está intrinsecamente ligado às relações de poder dentro da sociedade. Ao longo da história, e até hoje é notável, as elites que concentram poder econômico, político e cultural controlam a educação, mas com influência que privilegia uma visão europeia.

Mesmo depois de aproximadamente 500 anos de colonização, os debates sobre a língua portuguesa em Angola colocam pesquisadores em dois lados opostos: há alguns que defendem a autonomia do português angolano em relação ao português europeu e lutam pelo reconhecimento das características linguísticas da população angolana como legítimas até para a produção literária nacional. O outro grupo de pesquisadores recusa a existência desse português angolano e defende a estrita observância das normas gramaticais do português europeu (Santana e Timbane, 2021, p. 176).

Assim, a persistência do português de Angola de ser representado desse jeito pelos seus falantes remete-se a uma construção social e política criada

² Entendo a língua “certa/falar bem” quando se fala língua que representa a sua identidade linguística e “língua errada/falar mal” quando negamos a nossa língua identitária para falar a língua do colonizador que tem um modelo distante da realidade local.

pelos discursos de dominação e influenciada por fatores sociais.

Orlandi (2002) contribui para esse cenário com os conceitos de língua imaginária³ e língua fluida⁴. A partir disso, fica claro que há diversas maneiras de se expressar em português. Na sua vida cotidiana, os falantes, mesmo sem consciência teórica, reproduzem a tensão entre esses dois conceitos. Eles são permeados por ideologias pragmáticas que enquadram a língua em categorias de certo e errado. Pêcheux (1997) denomina essa instância que rege o dizível de “formação discursiva”. Para ele, é por meio das formações discursivas, enraizadas na luta de classes e na ideologia, que os indivíduos são constituídos como sujeitos falantes.

Quando um falante de português diz “eu não sei falar português”, essa afirmação não é neutra, mas carregada de ideologia (Costa, Machado e Lima, 2025). Essa percepção surge de uma memória discursiva ligada à luta de classes e a relações de poder na língua. Para Pêcheux (1997), isso é o interdiscurso, ou seja, a voz não é apenas do indivíduo, mas é formada por uma história de outros discursos. Dessa forma, estabelece-se uma divisão preconceituosa entre os que dominam a norma padrão e os que não a dominam.

Partindo do princípio de que o discurso é a produção de sentidos entre interlocutores, compreende-se que tais sentidos são determinados por posições sociais, históricas e ideológicas que se entrelaçam na fala dos sujeitos, tornando o discurso uma construção social, e não individual. Bakhtin (1982) corrobora essa visão ao descrever a língua como essencialmente polifônica, marcada por um jogo de vozes em diálogo permanente e interligadas por filiações ideológicas. Nessa perspectiva, declarar não saber falar português é um sintoma da condição subalterna do sujeito perante a norma dominante (Costa, Machado e Lima, 2025).

5 Ressignificando o conceito da língua prestigiosa dentro de uma perspectiva decolonial

Segundo Labov (2008), o prestígio linguístico não é uma propriedade intrínseca de uma língua, mas sim uma avaliação social atribuída pelos falantes, refletindo relações de poder e hierarquias sociais. Partindo desta definição da Sociolinguística variacionista, o conceito de língua prestigiosa, quando analisado através das lentes decoloniais, revela-se como um artefato colonial profundamente enraizado nas estruturas de poder eurocêntricas, porque essa ideologia sobre a língua foi criada como forma de reforçar a distinção entre “língua padrão e não-padrão” ou “língua e não-língua”. Essas distinções constituem-se como uma construção imaginária europeia que encontram suas gêneses nos processos de racialização, superiorização e inferiorização dos povos colonizados. Estas dicotomias, como demonstro em David (2023), operam como mecanismo de divisão entre colonizador e colonizado, utilizando a língua como instrumento de segregação e hierarquização social.

A conceptualização de língua prestigiosa é uma fabricação que se remete à relação de poder que procura moldar a forma que vemos e entendemos a língua. Dentro dos instrumentos coloniais, existiu uma necessidade de se conceitualizar a língua numa visão globalizada, mesmo não sendo uma perspectiva de muitos países. Isso foi pensado como forma de desenvolvimento das ideologias coloniais e nacionalistas europeias, como apontam Pennycook e Makoni (2007).

Assim, como parte da homogeneização ideológica ligada ao nacionalismo, o conceito sobre a língua na modernidade constitui-se por regimes metadiscursivos (Pennycook e Makoni, 2007), que funcionam como fatos sociais que constituem formas de ação social que, paulatinamente, funcionam como agentes dentro do processo político colonial.

³A língua fixada pelas gramáticas.

⁴A língua viva e incontrolável da prática.

Segundo Pennycook e Makoni (2007), na modernidade, as línguas foram inventadas como parte de projetos nacionalistas ligados à agenda cristã-europeia em toda parte do mundo. Desse modo, a língua portuguesa europeia, dentro destes padrões de perspectivas, foi implementada nas ex-colônias como única língua ou língua padrão que poderia ditar normas, mesmo que durante a colonização esses espaços construíssem um português diferente que se distancia do europeu. Essas línguas portuguesas não-europeias foram marginalizadas como não-língua. Como ato de herança colonial, até hoje se reforça essa ideologia e ainda olham o português europeu como prestigioso e adequado.

Criando, então, séries de obrigações em que o indivíduo, ao se comunicar, terá que reproduzir morfologicamente e foneticamente o português europeu, mesmo esse sujeito tendo uma língua semelhante e ao mesmo tempo diferente do colonizador. Esta ideologia reforça a visão do nativo versus não-nativo.

Como já disse acima, quando acontece uma fusão linguística, a nova língua se assemelha e ao mesmo tempo se diferencia das duas ou três línguas que permitiram o surgimento dela, pois ela cria sua própria estrutura linguística (tanto nos aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos); então, esse sujeito, a quem é procurado modificar a sua forma de falar essa nova língua, se torna o proprietário dela, ou seja, o nativo. Do mesmo jeito que existe falante nativo do português europeu, também existe falante nativo do português angolano, moçambicano, etc.

A manutenção do português europeu como língua prestigiosa nas ex-colônias representa muito mais do que uma preferência linguística, que se configura como um símbolo de opressão que continua com a desvalorização sistemática das identidades culturais locais. No contexto angolano, esta hierarquização opera como violência simbólica que invisibiliza o Angolês e o põe na categoria de desvio da norma, internalizando nos próprios falantes a noção de que suas expressões linguísticas são inferiores. Dessa forma, mantém a ex-colônia, epistemicamente, dependente do centro europeu. Esta dominação

cultural representa uma forma particularmente insidiosa de colonialidade, pois opera através da auto-desvalorização e da aceitação acrítica de paradigmas estrangeiros (Santos, 2010).

A resignificação do conceito de língua prestigiosa à luz da decolonialidade exige, antes de tudo, um exercício radical de desmontagem da arquitetura colonial que ainda sustenta os atuais regimes de valorização das línguas. O que se convencionou chamar de língua prestigiosa constitui, na verdade, uma manifestação do que podemos designar como capitalismo linguístico colonial, um sistema perverso em que o valor simbólico das formas de falar é determinado por padrões europeus.

Nesta nova perspectiva, busco analisar a ideia da língua prestigiosa como uma língua que valoriza as características linguísticas que refletem genuinamente a experiência histórico-cultural de um povo e que ao mesmo tempo capacita os falantes a expressarem suas próprias cosmovisões a partir daquela língua que os representa.

Nessa perspectiva decolonial, o prestígio linguístico transforma-se de atributo estático em desempenho dinâmico de afirmação identitária, ou seja, uma língua adquire prestígio não por sua suposta pureza, mas pela capacidade de expressar autenticidade específica de uma comunidade linguística que, automaticamente, vai adquirir prestígio pela capacidade de mobilizar resistência e funcionar como instrumento vivo de contestação das hierarquias coloniais.

Na prática, a colonialidade desse prestígio linguístico manifesta-se através de mecanismos concretos e profundamente enraizados em nossas sociedades. Como, por exemplo, os sistemas de avaliação normativa, representados por gramáticas e dicionários que estabelecem a língua europeia como parâmetro único de correção, funcionam como guardiães dessa ordem linguística excludente. E esses dispositivos institucionais, dentro dos sistemas educacionais e midiáticos, naturalizam cotidianamente a superioridade da norma europeia.

Para que essa resignificação se faça sentir ou se torne uma realidade, são necessárias

pedagogias decoloniais que desnaturalizam hierarquias, tornando visíveis os mecanismos de produção e reprodução das assimetrias de prestígios pedagógicos que valorizem saberes subalternizados, recuperando as epistemologias linguísticas que historicamente foram marginalizadas. E do outro lado, pedagogias que fomentem consciência crítica, capacitando os falantes para a análise e transformação das estruturas de dominação linguística.

6 Uma carta de reflexão sobre a ilusão da aprovação pós-colonial

A descolonização, marcada pela independência política de antigas colônias, não significou o fim da influência colonial. Por exemplo, é importante olharmos que o conhecimento sobre a África foi arquivado, classificado e disseminado por um corpus textual ocidental que inventou “uma África” como o “outro” inferior (Mudimbe, 1988), exótico e atrasado. Essa invenção não foi apagada com as independências; muito pelo contrário, essa influência se perpetua como um fenômeno insidioso, onde as ex-colônias frequentemente internalizam e reproduzem perspectivas, padrões estéticos e estruturas de poder eurocêntricas.

Mesmo estando no século XXI, onde a realidade sobre a busca da verdade está mais globalizada e prática, essa influência ainda é muito forte entre nós. É importante reconhecermos a influência colonial em nós? Sim, mas a luta por essa decolonialidade está mais distante do que próxima, pois dentro desses territórios não se fazem sentir políticas que trabalhem essa perspectiva.

Moore (2010) explica que as elites nativas que governam os países colonizados tornaram-se, frequentemente, gestores de um sistema de poder racial que não foi desmontado. Permitindo que essa colonialidade ainda exista entre nós de modo muito forte, ao invés de uma construção estrutural que ultrapassasse isso paulatinamente. Moore (2010) considera isso como forma de colonizador interno,

onde a elite reproduz a lógica do opressor para manter o seu próprio privilégio dentro da ordem global.

O que se observa é que não são criadas ferramentas efetivas para o alcance dessa decolonialidade. O sistema escolar, embora seja um lugar dinâmico e privilegiado para esse princípio de transformação, acaba por reproduzir as hierarquias coloniais que abraçam perspectivas brancas ao invés de desmontá-las.

Para Ngoenha (2019), torna-se fundamental a coragem simbólica de “matar o pai filosófico europeu” para pensar de forma autônoma. Para ele, não se pode simplesmente rejeitar o ocidente, mas sim estabelecer um diálogo de saberes genuíno na educação, onde o conhecimento local não seja um apêndice folclórico, mas um pilar de igual valor, desafiando a hierarquia epistêmica. Sei que não se eliminará por completo essa influência, mas lutar pelas pequenas transformações é importante para a valorização da cultura local. Porém, quando não se faz isso e proibimos as nossas línguas, cultura, dança, beleza, etc., para recorrer à do invasor, estamos a destruir a nossa história e riqueza.

Quando persistimos neste processo de internalizar o olhar colonial, colocando o que é nosso como ruim, marginal, e buscando obter a validação do invasor, entendo isso como uma busca contínua pela aprovação do colonizador. O colonizado passa a ver a si próprio e à sua cultura através da lente do opressor, num processo de auto-negação. Essa dinâmica permite ao antigo invasor continuar a enxergar aqueles territórios e corpos como uma extensão do seu domínio, um lar onde seus valores permanecem hegemônicos.

No cerne disso, opera o que posso definir como ilusão imaginária de aprovação pós-colonial, que se trata de um conjunto de atos, (in)conscientes, pelos quais o colonizado busca incessantemente a validação do colonizador até hoje. Esta não é uma patologia individual, mas uma ferida social em que o ato de internalizar a visão do opressor reflete o modo que a própria vítima começa a medir seu valor pela régua que foi criada para subjugar-la. Durante o período

colonial, isso se manifestava de forma palpável quando o nativo (colonizado) procurava provar os seus valores diante dos senhores na esperança de receber, por fim, o reconhecimento de sua humanidade e valor.

Contudo, há uma dimensão trágica e crucial nesse processo, que frequentemente passa despercebida. Mesmo que o colonizado reproduza a influência colonial e todos seus efeitos, de forma meticulosa e muitas vezes (in)consciente, onde procura modificar sua realidade, conforme era/é o desejo original do colonizador, ele esbarra-se em um impasse intransponível de não ser visto como um igual perante o olhar do homem branco.

Como bem abordado por pensadores como Mbembe (2018), a hierarquia racial criada pelo colonialismo é fundamental para sua lógica de dominação. Nessa estrutura, o colonizado será sempre categorizado como o “outro”, o subalterno. Ele pode imitar o senhor, mas nunca se tornar o senhor. Sua posição é a de um servo, cujo papel social, mesmo após o fim da escravidão ou de domínio direto, permanece o de estar sujeito a receber ordens e satisfazer as necessidades, agora econômicas, culturais ou simbólicas do sistema que o oprime. A máscara do nativo assimilado é tolerada, mas a pessoa por trás dela continua sendo vista através da lente do estereótipo e da subserviência esperada.

A verdadeira libertação, a descolonização mental, como aborda Thiong'o (1986), não reside em buscar a aprovação no espelho do opressor, mas em quebrar esse espelho. Requer a rejeição dessa validação externa e a coragem de construir autoestima, conhecimento e sistemas institucionais de valor a partir de suas próprias raízes, histórias e perspectivas, encerrando assim a servidão voluntária a um senhor que já partiu, mas cujo fantasma ainda dita as regras, como linguísticas.

7 Conclusão

A análise empreendida ao longo deste artigo permitiu desvelar as estruturas profundas da colonialidade que ainda subjugam o Português de Angola. O percurso demonstrou, de forma inequívoca,

que a designação pejorativa de calão e a estigmatização social que a acompanha não são acidentes ou meras questões de pureza linguística. São, isto sim, operadores ativos de um poder colonial persistente, cujo objetivo é manter uma hierarquia onde o europeu permanece como o centro de referência universal e legítimo. A desmarcação proposta não é, portanto, um exercício semântico, mas um gesto epistemológico fundamental, ou seja, é a retirada da etiqueta colonial para que a língua possa, finalmente, ser vista na sua verdadeira dimensão.

O complexo de inferioridade internalizado pelos falantes, materializado na expressão “eu não sei falar português”, é o triunfo mais perverso do projeto colonial, pois conseguiu que o próprio colonizado se tornasse o guardião da norma do opressor, vigiando e negando a sua própria voz. Então, a luta pela designação Angolês é a face visível de uma batalha muito mais profunda pela descolonização mental e, neste contexto, adotar esse termo representa muito mais do que um novo nome; é um ato de valorização identitária, linguística e de restituir, a um povo, o direito inalienável de nomear a sua própria realidade (definir a sua própria identidade e de validar os seus próprios saberes, expressos na estrutura única da sua língua).

A ressignificação do conceito de língua prestigiosa demonstra que o prestígio associado ao português europeu é uma construção ideológica, um capitalismo linguístico colonial que serve para manter as ex-colônias num estado de dependência cultural. Sob uma lente decolonial, o prestígio deixa de ser um atributo herdado de uma norma supostamente pura ou externa, e passa a ser uma conquista dinâmica. O verdadeiro prestígio deve residir na capacidade do Angolês veicular a complexidade da experiência angolana, de ser o repositório da sua memória coletiva e o instrumento da sua criatividade futura. Uma língua ganha prestígio quando é capaz de empoderar os seus falantes, e não de os alienar.

A designação Angolês é, portanto, o marco final deste processo e o ponto de chegada de uma desmarcação bem-sucedida e o ponto de partida para um futuro linguístico autônomo. Ao reivindicá-lo, Angola não está apenas a batizar uma língua; está a

declarar a sua soberania cognitiva, a enterrar o vestígio do complexo de inferioridade colonial e a afirmar, perante o mundo e perante si mesma, que a sua voz, tal como é, tem um valor inestimável e um lugar legítimo no concerto das nações.

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- CLYNE, Michael. *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992.
- COSTA, Alex de Castro da. MACHADO, Helleflan Almeida. LIMA, Paulo da Silva. "Não sei falar nem o português": uma análise das materialidades discursivas. *VERBUM* (ISSN 2316-3267), v. 14, n. 1, p. 46-61, jun. 2025.
- DAVID, Makosa Tomás. *As línguas angolanas: resistência e a cosmovisão do poder angolano no mundo*, Mandinga – (2023).
- FANON, F. *Pele Negra Mascara Branca*. Salvador: Edufba, 2008.
- GUIMARÃES, E. *Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação*. Laboratório Corpus: UFSM, Jan./Mar 2014.
- JOSÉ, J.J. DAVID, M.T. *Uma análise crítica do dicionário de Angolês de roberto leal: colonialidade linguística e a inferiorização do Angolês e das línguas angolanas*. Dados de África(s), v.05, n.10, 2024.
- JOSÉ, Justino Jorge. *Angolês: identidade linguística dos angolanos*. Revista Linguagem, São Carlos, v.48, n.1, p. 171 - 189, 2025.
- KATO, M. A.; MARTINS, A. M. *European Portuguese and Brazilian Portuguese*. In: *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Nova Jersey: Willey Blackwell, 2016.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Dênis Sousa de. *A colonialidade do poder e suas subjetividades*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais -UFJF v. 15 n. 2 Julho. 2020.
- MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. *disinventing and reconstituting languages*. Clevedon, Multilingual matters, 2007.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MENEZES, L. C.; BOIO, J. A. G. *Gêneros textuais e ensino: uma análise do livro didático de língua portuguesa do ensino secundário da 12ª classe de Angola*. Entre palavras, Fortaleza, v. 7, p. 517-533, ago./dez. 2017.
- MIGNOLO, Walter D. *Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade*. Trad. Marco Oliveira. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, p. 1 18, 2017.
- MINGAS, Amélia A. *Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.
- MOORE, C. *A África que Incomoda: Sobre a Problemática do Discurso Político-Africano*. Belo Horizonte: Nandyala. 2010.
- MUDIMBE, V. Y. *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*. Bloomington: Indiana University Press. 1988.
- NASCIMENTO, G. JOSÉ, J.J. *Em defesa do Português de Angola, O Angolês*. Org. Fábio Araújo Oliveira, Gilce de Sousa Almeida e Ilmara Valois Bacelar Figueiredo Coutinho. – 1. Ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.
- NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*/ Belo Horizonte, Letramento: 2019.
- NGOENHA, S. *Parricídio Filosófico: Das Independências à Libertação*. Maputo: Escola Superior de Jornalismo. 2019.

- ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 9.ed. Campinas: Pontes, 2010.
- ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias do Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PECHÊUX, M. *Semântica e Discurso: uma Crítica à afirmação do óbvio*. 3.ed. Campinas, SP: EDUNICAMP, 1997.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.
- SANTANA, Yuran Fernandes Domingos; TIMBANE, Alexandre Antônio. *Considerações sobre o português angolano e o preconceito linguístico em Angola*. Letras em Revista (ISSN 2318-1788), Teresina, v. 12, n. 01, jan./jun. 2021.
- SANTOS, Nicolas de Oliveira. *Nexo de internacionalização e racismo: globalização, política linguística e linguagem*. – Ilhéus, BA: UESC, 2022.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- THIONG'O, Ngugi wa. *Descolonizando a Mente: A Política da Linguagem na Literatura Africana*. Londres: Heinemann, 1986.
- UNDULO, M. *A norma do português em Angola, subsídios para o seu estudo*. Caxito: ESPBengo, 2016.